

Svobodová, Petra

Manifestação da feminização linguística nos textos jornalísticos em português de Moçambique

Études romanes de Brno. 2020, vol. 41, iss. 2, pp. 295-314

ISSN 1803-7399 (print); ISSN 2336-4416 (online)

Stable URL (DOI): <https://doi.org/10.5817/ERB2020-2-17>

Stable URL (handle): <https://hdl.handle.net/11222.digilib/143275>

License: [CC BY-SA 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/)

Access Date: 18. 02. 2024

Version: 20220831

Terms of use: Digital Library of the Faculty of Arts, Masaryk University provides access to digitized documents strictly for personal use, unless otherwise specified.

Manifestação da feminização linguística nos textos jornalísticos em português de Moçambique

Language Feminization of Newspaper texts in Mozambican Portuguese

PETRA SVOBODOVÁ [petra.svobodova@upol.cz]
Univerzita Palackého v Olomouci, República Checa

RESUMO

O texto dedicar-se-á à problemática sociolinguística da feminização da língua portuguesa em Moçambique. Primeiro, esclarecerá qual é a posição do português em Moçambique e qual é, do ponto de vista social, a posição da mulher na sociedade moçambicana. A seguir, abordará a problemática do género como uma categoria gramatical e do fenómeno da feminização linguística como um fenómeno tanto lexical como sociolinguístico, explicando como a feminização da língua, ou seja, a maior visibilidade do sexo feminino nela, serve não só para refletir mas também para influenciar a evolução social. Depois, na base dum *corpus* de textos jornalísticos, tentará verificar se em português moçambicano podemos notar alguma tendência para feminizar a língua, chegando à conclusão que, perante esta problemática, para já o português moçambicano apresenta carácter antes conservador.

PALAVRAS-CHAVE

Feminização; Moçambique; português; textos jornalísticos; género

SUMMARY

The text is dedicated to the sociolinguistic problem of the feminization of the Portuguese language in Mozambique. First, it will clarify the position of Portuguese in Mozambique and state what, from a social point of view, is the position of women in Mozambican society. Next, it will deal with the topic of gender as a grammatical category and the phenomenon of linguistic feminization as both a lexical and sociolinguistic issue, explaining how the feminization of language, that is, the greater visibility of the female sex in it, serves not only to reflect but also to influence social evolution. Then, based on a corpus of journalistic texts, it will try to show whether in Mozambican Portuguese we can notice any tendency to feminize the language, coming to the conclusion that, with regard to this topic, for now Mozambican Portuguese has a rather conservative character.

KEYWORDS

Feminization; Mozambique; Portuguese; newspaper texts; gender

RECEBIDO 2020-02-25; ACEITE 2020-06-29

O artigo foi escrito graças ao apoio do Ministério da Educação da República Checa dado à Universidade Palacký em Olomouc (IGA_FF_2020_023).

1. Introdução

O português moçambicano e a sua posição no contexto linguístico do país e da própria lusofonia representam um tema de estudos linguísticos bastante frequente (ver p. ex. Lopes 1997, Gonçalves 1998 ou Firmino 2005). Esta atenção justifica-se plenamente, se levarmos em consideração que essa posição é bastante complicada, dado o idioma ser usado em contexto multilingue, partilhando o espaço com aproximadamente mais 20 línguas de origem africana¹. O que complica ainda mais tal situação é que, apesar de se tratar da única língua com o estatuto de oficial, reconhecido já em 1975 com a implantação da República de Moçambique e codificado pela primeira vez na constituição moçambicana de 1990 e pela última no Artigo 10º da constituição de 2004², é língua materna (língua 1) de apenas 6.5 % da população moçambicana e falada por somente 40 % da população, essencialmente nos meios urbanos³. Apesar de todas estas contrariedades, representa uma língua veicular, um meio de comunicação interétnica⁴ e também um instrumento de identificação e unificação nacional. Devido ao seu estatuto e ao caráter de língua franca, coexiste com as outras línguas numa situação de diglossia, em que as línguas de origem africana, especialmente nas zonas rurais, se utilizam na comunicação diária, enquanto o uso de português se restringe, na maioria dos casos, a contextos de índole mais oficial, como as áreas da política, da administração, da igreja, da educação e dos *media*.

Neste texto pretendemos abordar um tema específico, que não tem tanto a ver com a própria posição do português e a sua coexistência com as outras línguas nacionais de Moçambique. O objeto do nosso estudo é a feminização do português moçambicano, tema ao qual até agora se tem prestado pouca atenção. É uma temática que pertence, em primeiro lugar, ao campo de sociolinguística, uma vez que interliga a linguagem com o seu funcionamento sociocultural, e visa descobrir se em português moçambicano existe algum reflexo da marcante evolução social da posição da mulher que se tem vindo a sentir na sociedade moçambicana nos últimos anos. Assim sendo, antes de chegarmos ao próprio tema da feminização linguística, achamos pertinente apresentar primeiramente o contexto social em que se enraíza o nosso estudo, fazendo uma abordagem da situação da mulher na sociedade moçambicana. Depois de brevemente esclarecermos como em português funciona o género gramatical, o recurso fundamental para visibilizar o sexo feminino na língua, e apresentar o próprio conceito de feminização linguística, passaremos a explicar que metodologia foi usada para criar o *corpus* de textos em que baseámos o nosso estudo prático. Acabamos o artigo com a análise das estratégias que foram usadas para (não) explicitar o género feminino e com um resumo estatístico dos resultados extraídos do *corpus*.

1 Segundo o censo de 1980 havia 23 línguas moçambicanas de origem africana, enquanto o censo de 1997 identificou apenas 19 línguas (cf. Santos 2017: 13–15).

2 Disponível on-line <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF> (acessado em 29 de janeiro de 2020)

3 Cf. Santos (2017: 23–27).

4 Cf. Lopes (2004: 150).

2. Posição da mulher na sociedade moçambicana

A sociedade moçambicana é uma sociedade tradicionalmente patriarcal nas estruturas familiares e, mesmo que o norte do país possua uma cultura matrilinear⁵, a esfera pública sempre foi – e é – predominantemente ocupada por homens. A posição da mulher em Moçambique é assim, especialmente nas zonas campestres, bastante desfavorável e marginalizada. Indica-se que 70 % dos 11 milhões da população moçambicana que vive em extrema pobreza são mulheres, que as mulheres são mais atingidas pela precariedade escolar, só raramente terminando a educação secundária, porque as famílias preferem que se casem (muitas vezes prematuramente⁶), e representem antes mão de obra na agricultura. Além disso, Moçambique é também conhecido como um país com uma das maiores percentagens de violência doméstica⁷. Outro problema grave de todo o país é a falta de literacia, inevitavelmente ligada ao citado problema da precariedade escolar, e mais uma vez são as mulheres as mais atingidas – dos aproximadamente 22 milhões da população moçambicana 52 % são analfabetos e 67 % destes mulheres⁸.

Este estatuto tradicional da mulher começou notoriamente a mudar com o início da luta pela independência⁹. A política dos partidos revolucionários estava enraizada em princípios socialistas, proclamando igualdade para todos¹⁰, pelo que as mulheres gozariam dos mesmos direitos dos homens. A FRELIMO¹¹ até criou, em 1973, a fração feminina OMM (Organização das Mulheres Moçambicanas) e incentivou as mulheres a tornarem-se dirigentes militares durante a guerra contra o domínio português. Com a independência e a conseqüente modernização da sociedade moçambicana, que começou nos anos 90 do século XX, após o fim da guerra civil que assolou o país durante cerca de quinze anos, as mulheres ganharam cada vez maior prestígio e voz e penetraram na esfera pública, tanto no âmbito de administração como no da política, aumentando a sua representação nestas áreas de 16 % em 1991 para 31 % em 2001¹². Assim, Moçambique tornou-se, passo a passo, um dos países com maior presença feminina nos cargos de liderança, não só em África, mas em todo o mundo¹³. Para estimular a posição da mulher na vida pública foram tomadas muitas medidas e decisões políticas: estabeleceram-se cotas para participação feminina nos partidos políticos, garantindo-se, assim, uma percentagem mínima de mulheres na

5 Tal significa que os bens passam de geração em geração através da família da mulher e que, no caso de divórcio ou falecimento, os filhos permanecem no seio da família da mulher (cf. p. ex. Karberg 2015: 14)

6 Moçambique é classificado como 11º pior país em termos de casamento infantil, precoce e forçado. Cf. Karberg (2015: 3–5).

7 Cf. Paradoxo da mulher em Moçambique (disponível em <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/5663/politica-x-sociedade-o-paradoxo-da-mulher-em-mocambique>, acessado em 20 de fevereiro 2020) ou Karberg (2015: 3).

8 Cf. Karberg (2015: 3).

9 Cf. Por exemplo (Andrade 2001: 7).

10 Cf. por exemplo Klíma (2007: 127–130).

11 Frente da Liberação de Moçambique, o partido que incentivou o movimento pela independência e que até agora continua a ser o partido crucial na política moçambicana.

12 Cf. Karberg (2015: 6).

13 Está classificado como o 14º de 145 países no mundo quanto à representação feminina no parlamento (Karberg 2015: 6).

política¹⁴; em 2000 foi criado o Ministério da Mulher e da Ação Social¹⁵; em 2002 desenvolveu-se o primeiro Plano Nacional para o Avanço da Mulher¹⁶; e em 2019 foi até lançada em Maputo a Academia Política da Mulher¹⁷, que «visa capacitar a mulher para uma participação ativa na vida política»¹⁸ e deve influenciar os partidos políticos a colocarem mulheres nas listas de candidaturas em posições cimeiras, para terem maior probabilidade de serem eleitas¹⁹. Todos os partidos políticos de relevância têm as suas ligas femininas com assento parlamentar e nos seus programas pré-eleitorais prometem «dar maior primazia às mulheres»²⁰. Devido a esta pressão, as mulheres hoje em dia dirigem aproximadamente um terço dos ministérios, possuem 38 % da participação política na Assembleia da República e 27 % nas Assembleias Provinciais e Municipais, atingindo até cargos de prestígio como, por exemplo, 4 posições de governadoras de província, 6 posições na presidência dos conselhos autárquicos ou a posição de presidente do parlamento, que é ocupada, desde 2014, por Verónica Nataniel Macamo Dlhovo²¹.

Podemos, pois, ver uma notável feminização da esfera pública e a existência de pressão política para esta ser ainda maior. Por outro lado, Moçambique continua, ao mesmo tempo, com uma das posições mais baixas no Índice de Igualdade do Género²², pelo que podemos deduzir que o aumento da representação política não garante automaticamente a verdadeira igualdade da posição da mulher na realidade quotidiana e que a alteração duma sociedade profundamente tradicional, iniciada só recentemente, é e será um processo longo.

Quanto à posição da mulher na sociedade, está-se assim numa fase transitória em que as mulheres já conseguiram uma participação ativa e elevada na vida pública, mas com um impacto do ponto de vista sociocultural para já relativamente baixo. Como a língua é um dos primeiros instrumentos capazes de captar e refletir a evolução das sociedades e as alterações nelas ocorrentes, chegamos agora ao tema que nos propomos abordar. Será que, apesar de, como foi dito e se reconhece, as mulheres não terem ainda um impacto muito visível na esfera sociocultural, as alterações profundas que vão progressivamente tendo lugar na sociedade moçambicana já conseguiram ter consequências perceptíveis pelo menos no idioma por ela usado?

14 A Frelimo, por exemplo, garante uma quota de 35 % para as candidatas femininas. Cf. Moçambique já tem Academia Política da Mulher (disponível em <http://www.imd.org.mz/index.php/imprensa/noticias/85-mocambique-ja-tem-academia-politica-da-mulher>, acessado em 6 de fevereiro 2020).

15 Cf. (Karberg 2015: 6).

16 Karberg (2015: 8).

17 Cf. <http://www.imd.org.mz/index.php/imprensa/noticias/85-mocambique-ja-tem-academia-politica-da-mulher>

18 Cf. Estudo revela que decresceu a participação política da mulher em Moçambique (disponível em <https://www.voaportugues.com/a/estudo-revela-que-decresceu-a-participa%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-da-mulher-em-mo%C3%A7ambique/4965778.html>, acessado em 19 de junho 2019)

19 A Academia responsabiliza-se por organizar debates, palestras e sessões de formação e realizar ações de *lobby* e defesa de direitos junto dos partidos políticos. Cf. Moçambique já tem Academia Política da Mulher (disponível em <http://www.imd.org.mz/index.php/imprensa/noticias/85-mocambique-ja-tem-academia-politica-da-mulher>, acessado em 6 de fevereiro 2020).

20 Cf. A Frelimo lidera participação política da mulher no país (disponível em <http://opais.sapo.mz/frelimo-lidera-participacao-politica-da-mulher-no-pais>, acessado em 26 de maio 2019).

21 Cf. Estudo revela que decresceu a participação política da mulher em Moçambique (<https://www.voaportugues.com/a/estudo-revela-que-decresceu-a-participa%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-da-mulher-em-mo%C3%A7ambique/4965778.html>, acessado em 19 de junho 2020) e Karberg (2015: 6).

22 Moçambique ocupa a 123ª posição de 130 países classificados. Cf. Karberg (2015: 3–5).

3. A categoria de género e a feminização da língua

Passemos então à língua e às maneiras de nela se poder manifestar o sexo feminino. Enquanto na sociedade a visibilidade da mulher se atinge através da sua representação nas áreas da política, da administração ou da vida pública em geral, na esfera da língua a visibilidade da mulher realiza-se, em princípio, através de recursos de carácter lexical (uso de substantivos capazes de semanticamente se referirem aos seres humanos do sexo feminino) e, antes de mais, gramatical, que consiste na existência da flexão de género, própria das palavras variáveis, suscetível de diferenciar entre o género masculino e feminino, usando desinências específicas para cada um deles.

Contudo, a categoria de género é um tema bastante complexo e merece, pelo menos, uma breve abordagem inicial. Primeiro, é preciso realçar que em português o género não é uma categoria natural, mas sim gramatical, enraizada num dado sistema linguístico, e que a sua relação com a realidade extralinguística pode ser até certo ponto aleatória. De modo nenhum devemos então confundir os termos género – característica gramatical de palavras – e sexo – característica biológica de seres vivos²³. O género da palavra pode ou não refletir o sexo da entidade a que se refere. Dando exemplos: no caso de «o professor – a professora» temos correspondência entre o género das palavras e o sexo dos seres humanos a que se referem, mas no caso de substantivos epicenos (por exemplo «o crocodilo») e sobrecomuns (por exemplo «a testemunha») tal não sucede, simplesmente porque os epicenos e sobrecomuns são nomes que dispõem de um só género gramatical, abrangendo, contudo, os dois sexos ao mesmo tempo²⁴. Para provar o carácter gramatical da categoria do género devemos ainda destacar que o género é também uma característica intrínseca das palavras que denominam entidades inanimadas, ou seja, que não possuem nenhum sexo na realidade extralinguística. Palavras como «a mesa» ou «o livro» dispõem de género feminino e masculino, mas evidentemente não são de sexo feminino ou masculino. Finalmente há que acrescentar que, embora possam eventualmente existir oposições de género até na categoria de substantivos inanimados, epicenos e sobrecomuns (vejam-se, por exemplo, «o cigarro» - «a cigarra»), não se trata de oposições do carácter biológico, mas de carácter semântico («o cigarro» é o rolo de tabaco para fumar e «a cigarra» uma espécie da classe dos insetos).

De acordo com esta relação entre o género e o sexo podemos depois distinguir várias categorias de substantivos. Primeiro, podemos falar de substantivos inanimados de género único, nos quais não existe a relação entre género e sexo (como no caso «a mesa»). Depois, distinguem-se substantivos animados de género único, capazes, no entanto, de se referirem aos dois sexos (como, por exemplo, «a vítima»). Esta categoria pode ser subclassificada ainda nos acima mencionados substantivos epicenos (referentes a animais, como «a mosca») e substantivos sobrecomuns (referentes aos seres humanos, como, por exemplo, «o cônjuge»). Em terceiro lugar, existem substantivos animados de dois géneros uniformes, designados como comuns-de-dois, que são capazes de se reportarem aos dois sexos mas com uma forma imutável, o que leva a que a referência ao sexo se explicita apenas com a recorrência a determinantes ou atributos que seguem a regra de concordância (como, por exemplo, «o intérprete – a intérprete» ou «bom estudante – boa estudante»).

23 No entanto, estas confusões são bastante frequentes e aparecem já em gramáticas históricas, como a de Bacelar. Cf. Gouveia (2005: 202)

24 Cf. Entre muitos outros por exemplo Cunha (1999: 196).

Finalmente, devemos falar de substantivos animados de dois géneros flexionados, que podem referir-se aos dois sexos, o que se nota não apenas graças à presença de determinantes ou atributos, mas também à própria forma, que varia (como «o amigo – a amiga» ou «o imperador – a imperatriz»)²⁵.

Uma vez que nos apercebemos deste carácter gramatical do género, aceitamos com maior facilidade o facto de um só género gramatical ou um só substantivo de forma imutável poderem referir-se aos dois sexos. Devido a isso, podemos entender melhor o conceito de carácter genérico que é tradicionalmente atribuído ao género masculino. Pelo termo genérico entendemos que o género masculino tem um potencial interpretativo mais amplo, podendo englobar tanto o sexo masculino como o feminino. Portanto, quando dizemos «O Homem é, por natureza, solidário», não nos referimos apenas aos seres do sexo masculino, mas a toda a humanidade. O masculino não é neste sentido linguístico percebido como superior ao feminino, mas antes como não-marcado e neutro²⁶.

Porém, se esta neutralidade do masculino genérico é justificável e pode funcionar perfeitamente a nível linguístico, já não se verifica tanto no âmbito sociocultural. À partida o género é uma categoria muito complexa ao próprio nível da língua (em que tem implicações morfológicas, lexicais e até sintáticas, influenciando a construção de toda a frase), e isso acentua-se ainda mais se nos reportarmos ao seu impacto na realidade extralinguística. Evoca nos falantes diversos tipos de associações mentais e psicológicas e está ligado a conceitos culturais e a preconceitos sociais. Quer queiramos quer não, vendo uma frase como «Procuramos um homem que saiba falar chinês», mesmo tendo conhecimento da existência do masculino genérico, tendemos a interpretá-la não como neutra, mas como referente a seres masculinos. Deve-se ao facto de que, fora do contexto linguístico, a falta de distinção entre o género e o sexo é até muito mais marcante do que dentro dele. O masculino genérico perde assim a sua neutralidade linguística e torna-se problemático ou até controverso.

É por esta via que surge a ideia da feminização da língua. A feminização como tal é um termo que ultrapassa as margens da língua e reflete a evolução social e cultural de comunidades humanas, nas quais a emancipação da mulher e o seu maior e melhor acesso a posições sociais de relevo fizeram aumentar a sua visibilidade social. Trata-se então dum fenómeno em princípio social que leva, logicamente, a implicações no sistema linguístico e à sua aplicação na comunicação prática (ou seja na fala), pelo que passa a representar também um fenómeno linguístico e sociolinguístico.

25 Doravante vamos usar o termo substantivos flexionados para designar este grupo, apesar de não ser eventualmente o mais conveniente. Mesmo que a categoria do género faça parte da flexão nominal, nem sempre se realiza através do processo morfológico da flexão (ou seja, através da alteração da terminação masculina –O para – A («o amigo – a amiga») ou através da adição da desinência –A aos masculinos que acabam em consoante («o professor – a professora»)). Além disso, socorre-se também de processos derivacionais («o imperador – a imperatriz»), lexicais («o bode – a cabra») ou até fonológicos (no caso de alternância vocálica de substantivos como, por exemplo, «o avô – a avó»). Por outras palavras: a flexão do género não se realiza sempre como flexão, do ponto de vista da sua formação.

26 Todavia, o seu carácter genérico não é uma característica partilhada por todos os substantivos masculinos, dado alguns deles manterem apenas a capacidade de se referirem ao sexo biológico; se «o homem» é capaz de incluir tanto homens como mulheres, «o rapaz», apesar de ser também um substantivo masculino, já não tem esta capacidade (cf. Gouveia 1999: 22). E, pelo contrário, o género feminino também pode servir como genérico, o que tipicamente acontece nos substantivos epicenos, quando palavras como «a coruja» são usadas com tal frequência que o equivalente masculino («o corujo») é quase esquecido (cf. Gouveia 1999: 24).

Quanto ao próprio sistema linguístico, devido à feminização da sociedade torna-se preciso adaptá-lo às mudanças sociais a nível lexical, porque, de repente, surge a necessidade de se criarem equivalentes femininos para várias profissões ou postos que antigamente se circunscreviam apenas aos homens. Uma vez que o português dispõe de mecanismos morfo-lexicais bastante ricos, isso geralmente não causa grande complicação, tendo aparecido ao longo dos tempos neologismos como «a deputada» ou «a cirurgiã». Todavia, nem no campo lexical conseguimos sempre evitar possíveis controvérsias, e já temos deparado com casos cujo feminino neológico só com dificuldade se vem aceitando. Mencionemos como exemplo o substantivo «a juíza» que durante muitos anos fora usado sobretudo no português brasileiro, enquanto em português europeu se preferia a variante «a juiz», considerada suficientemente feminizada – só desde há poucas décadas a variante «a juíza» começou a dominar também no português europeu²⁷. Além desta palavra, as controvérsias suscitadas pela formação de femininos neológicos estão relacionadas, antes de mais, com os substantivos comuns-de-dois, visto o seu carácter morfológico não permitir nenhuma flexão e o género feminino se exprimir acrescentando apenas o determinante feminino aos substantivos já existentes, e até certo ponto usados apenas na forma masculina. Assim, surgem variantes como «o chefe – a chefe», que, porém, cria a impressão de não serem suficientemente feminizadas, porque, no fundo, mantêm a forma já existente. A variante mais «famosa» a demonstrar a controvérsia deste processo é muito provavelmente o feminino da palavra «o presidente», em que se utiliza maioritariamente a variante «a presidente», ainda que, por motivos acima mencionados, exista também a variante «a presidenta», na formação da qual se recorre a um processo morfológico perfeitamente aceitável em português (a oposição entre a desinência – E para o masculino e –A para o feminino existe no sistema gramatical do português e aplica-se em substantivos como «o infante – a infanta»); mesmo assim, esta variante continua pouco aceitável e continua até hoje a constituir tema de discussões passionais.

Esta pouca vontade de aceitar variantes «mais visivelmente feminizadas» permite pressupor que, em português europeu e igualmente no moçambicano, que neste sentido segue o modelo europeu²⁸, a feminização a nível lexical seja percebida como um processo puramente linguístico de formação de palavras, que pode e deve socorrer-se de suficientes mecanismos morfolexicais já estabelecidos. A sua interferência sociocultural e o facto de as atitudes linguísticas poderem ter influência na perceção da mulher na sociedade²⁹ eram fatores antes negligenciados.

A feminização linguística, aliás, não é apenas um processo lexical. Com a emancipação das mulheres surgiu também o novo desafio de se e como refletir esta nova realidade social na aplicação da língua na prática, ou seja, na fala, a nível textual e discursivo. No entanto, aqui o fenómeno da feminização já ultrapassa as fronteiras puramente linguísticas para a área de sociolinguística, uma vez que, independentemente do facto de existirem ou não recursos linguísticos para manifestar o sexo feminino, este aparecer ou não explicitado linguisticamente nos textos depende já das preferências de cada sociedade, do grau da sua evolução relativamente à igualdade de sexos e à sua

27 Cf. por exemplo Gouveia (2007: 269).

28 Ao contrário do português brasileiro, em que as variantes como «a presidenta» são geralmente mais aceitáveis. A linguística brasileira é, regra geral, muito mais aberta à feminização linguística, defendendo-a como uma maneira de lutar contra o sexismo em toda a sociedade (cf. Mader, Severo 2016, ou também Guerra 2013 e Bueno 2015).

29 Dela fala, por exemplo, Larivière na sua obra *Pourquoi en finir avec la féminisation linguistique ou à la recherche des mots perdus*, Montréal: Boréal 2000 (Pleško 2015: 25).

manifestação e, finalmente, também da sua vontade de aplicar alguma política linguística em favor da sua promoção.

Neste ponto é preciso voltar ao conceito do masculino genérico. Sendo o género masculino percebido como capaz de abranger os dois sexos em simultâneo, tem sido tradicionalmente usado para exprimi-los, sem se sentir a necessidade de explicitar o género feminino; assim, sob a variante «Excelentíssimos Senhores» sempre se entendeu automaticamente «Senhores e Senhoras». Com a maior visibilidade da mulher a nível social, começa-se, no entanto, a questionar o conceito deste carácter genérico do masculino e no âmbito do processo da feminização da língua vem-se falando da necessidade de fazer coexistir nos textos e discursos o masculino e feminino de maneira visível, para que fique explícito que nos dirigimos aos dois sexos e para que os dois sexos adquiram a igualdade linguística³⁰. Portanto, em línguas como, por exemplo, o francês, aparecem a partir dos anos 80 do século XX as primeiras tentativas de favorecer a visibilidade do sexo feminino nos textos ou discursos e então, em vez de «Excelentíssimos Senhores», começam a aparecer variantes como «Excelentíssimos Senhores e Excelentíssimas Senhoras»³¹.

Passemos agora para a língua portuguesa e para a sua relação com a feminização a nível discursivo. Se os falantes de português parecem não dar muita importância à visibilidade das mulheres na própria língua, preferindo o uso de variantes lexicais mais enraizadas nos processos tradicionais, surge, logicamente, a pergunta se sentem alguma necessidade de aumentar a visibilidade de mulheres ao nível discursivo.

Passando ao caso concreto do português moçambicano, em Moçambique, como já explicámos, a posição da mulher representa hoje em dia um tema de interesse. Surgem vários estudos teóricos a ele dedicados³² e preceitos legislativos que tratam dos direitos humanos da mulher ou da violência doméstica. Assim, seria de esperar que este esforço viesse a refletir-se também na linguagem, porque a língua tem poder social, pode refletir o pensamento social ou até modificá-lo ativamente e, portanto, tornar-se-á eventualmente difícil falar de igualdade de oportunidades na sociedade se a língua em que falarmos sobre ela for profundamente desigual³³.

No entanto, para já não há nenhum sinal de que se faça algum esforço para promover a feminização linguística ao nível governamental moçambicano, tal como se fez, por exemplo, nos países francófonos, com a publicação de vários regulamentos legislativos e guias que recomendam como usar o género feminino de ponto de vista lexical e discursivo³⁴, e também como está a ocorrer, por exemplo, no Brasil, para já o único país de expressão portuguesa que se ocupa de maneira mais sistemática desta problemática³⁵. Nem ao nível teórico dos estudos linguísticos parece haver

30 Cf. o resumo de objetivos da feminização linguística de Pleško, baseado no estudo de Larivière (Pleško 2015: 25).

31 Cf. por exemplo Pleško (2015: 92).

32 Cf. como por exemplo o estudo de Andrade Four issues: Women Human Rights de 2001 ou o estudo de Karberg 2015.

33 Para mais informações sobre a relação entre sexismo social e o linguístico ver, por exemplo, Gonçalves: Por uma língua feminista: uma breve reflexão sobre o sexismo linguístico (disponível em <http://www.periodicoseltronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/9317> (acessado em 15 de fevereiro 2020)).

34 Como, por exemplo, *Décret du 21 juin 1993 relatif à la féminisation des noms de métier, fonction, grade ou titre* na Bélgica, ou *Femmes, j'écris ton nom... Guide d'aide à la féminisation des noms de métiers, titres, grades et fonction* de 1999, publicado na França. Cf. Pleško (2015: 90–93).

35 Mencionemos, por exemplo, o documento Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz, bem se entende, publicado em 2014 por Secretaria de políticas públicas para as mulheres do governo do Estado do Rio Grande do Sul (cf. Garcia 2018: 143).

interesse em abordar este tema. O governo, tal como os linguistas moçambicanos, enfrenta outros desafios aos quais dá prioridade, tais como a fixação e unificação da norma ortográfica, que tem vindo a decorrer já desde 1988, ou a descrição e codificação da especificidade do português moçambicano (um tema em que se concentra o interesse principal dos linguistas moçambicanos, como é o caso de Perpétua Gonçalves³⁶).

Portanto, achamos benéfico dedicarmo-nos a este tema, uma vez que em outras linguísticas românicas já representa uma área à qual se presta bastante atenção³⁷. Voltemos então à pergunta inicial: nota-se, apesar da falta de promoção da feminização linguística, alguma tendência para «visibilizar» as mulheres a nível textual ou discursivo³⁸, através de explicitação do género feminino? Eis o nosso ponto de interesse neste artigo, e tentaremos com base no estudo do caso do português moçambicano.

4. Metodologia da criação do corpus

Para podermos mostrar qual é a visibilidade das mulheres na fala, preferimos estudá-la ao nível textual, omitindo o discursivo. Primeiro, foi necessário escolher textos que fossem tipologicamente coerentes. Como mais convenientes considerámos textos de duas áreas; documentos institucionais e textos jornalísticos. Optámos pelo estilo jornalístico como modelo principalmente por dois fatores.

O primeiro fator foi a disponibilidade de textos. Enquanto os formulários e textos institucionais são de difícil acesso, porque geralmente não estão disponíveis *online*, os textos jornalísticos, pelo contrário, podem facilmente consultar-se na *internet* e, além disso, devido a um intercâmbio académico que realizámos em Maputo em 2019, tivemos também acesso à sua forma impressa.

O segundo fator foi o próprio carácter da linguagem usada. Tanto a linguagem presente nos jornais como a utilizada nos documentos institucionais é sempre de carácter formal e deve corresponder à norma padrão de dada língua. E, mesmo quando essa norma não existe, a língua usada neste tipo de textos tende a ser sempre considerada a mais aceitável para a maioria da sociedade. O que complica, porém, o uso de textos institucionais como objeto de estudo é que, em grande parte, copiam os textos-modelo de Portugal, acabando antes por refletir um estilo português (isto é, do português europeu) e não propriamente moçambicano. Assim, a nosso ver, os textos jornalísticos espelham melhor o que é considerado normativo e aceitável pela sociedade.

Este critério da linguagem usada esteve também na origem da escolha dos próprios jornais a serem analisados. Devido à estada em Moçambique tivemos acesso a todos os jornais diários de relevo que circulam no país, como, por exemplo, *Notícias*, *O País*, *Canal de Moçambique*, *Público*, *Savana*, *Zambeze* ou *Magazine Independente*, dos quais constituímos um *corpus* de textos que se baseia em 10 jornais. No *corpus* predominam textos do jornal *Notícias* pelo facto de se tratar

36 Ver, por exemplo, o seu estudo *Mudanças em Português em Moçambique*.

37 Mencionando, por exemplo, Marcato e Thüne (no contexto da linguística italiana), Louise L. Larivière (no contexto da francofonia) e Eulàlia Lledó i Cunill (no contexto das linguísticas espanhola e catalã).

38 Em outras palavras, ao nível de fala, não levando em consideração o nível de língua como sistema ou código linguístico.

do maior e mais antigo jornal em Moçambique³⁹, apresentando posições pró-governamentais e com reputação de ser o mais prestigiado órgão da imprensa escrita de todo o país. Poderá, assim, pressupor-se que a linguagem que usa se aproxima mais daquilo que é considerado normativo no português moçambicano, correspondendo também a uma atitude contemporânea predominante perante a problemática da feminização linguística.

Outro fator que contribuiu para a preponderância do jornal *Notícias* foi o tipo de textos publicados. Para assegurar a compatibilidade de textos, achámos melhor recorrermos a textos do mesmo género, pelo que decidimos criar o *corpus* na base de anúncios e publicidade institucional. Esta escolha foi motivada principalmente por estes textos se dirigirem diretamente aos leitores e assim fornecerem suficiente material para analisar. E é precisamente o jornal *Notícias* que oferece uma gama mais ampla deste tipo de textos, tais como anúncios de vagas, avisos sobre concursos lançados pelo governo ou por organizações internacionais, informações sobre execuções, falecimentos, editais de tribunal administrativo, etc. Em cada exemplar do jornal conseguimos recolher aproximadamente 60 textos deste género, o que, no total, constituiu um *corpus* de 600 textos, que a nosso ver, já é suficientemente vasto para realizar a pesquisa.

A seguir, procurámos nos textos se e como visibilizavam as mulheres, quando se dirigiam especificamente a elas ou falavam delas. Quanto à metodologia do trabalho com o *corpus*, é preciso sublinhar que respeitámos os seguintes princípios: quando um texto idêntico aparecia várias vezes em vários jornais ou em várias edições do mesmo jornal, aproveitámo-lo só uma vez. Se num texto aparecia diversas vezes uma certa forma de ocorrência ou não ocorrência do género feminino, sempre de forma idêntica, contámo-la também só uma vez. Escolhemos sempre só os anúncios individualizados, ou seja, os que se dirigiam aos indivíduos, não às empresas (portanto, se os anúncios começavam por «Procuramos uma consultora», mas continuavam solicitando que «a empresa deve apresentar...», excluímos-os e não os contámos como exemplo de explicitação do género). E, finalmente, incorporámos no *corpus* apenas as formas de tratamento que referiam ou podiam referir-se aos dois sexos, dependendo só dos autores mostrarem-no explicitamente ou não (por exemplo, quando se abria vaga para um juiz/uma juíza). Quando, pelo contrário, o uso do género masculino/feminino era dado pelo contexto do texto de maneira inequívoca e se referia a um indivíduo em concreto, não oferecendo assim aos autores nenhuma oportunidade de escolher se queriam ou não explicitar a variante feminina, excluímos-lo do *corpus* (por exemplo, se um edital de tribunal administrativo era assinado por «juíza Maria da Luz», não o considerámos um exemplo de presença ou ausência da feminização na língua.). Assim, as estatísticas que resultaram do *corpus* e que formam parte da nossa análise, não revelam a ocorrência total de todos os exemplos do género feminino explicitado, mas apenas as suas ocorrências em contextos pertinentes, em que os autores de dado texto tiveram a oportunidade de explicitá-lo linguisticamente ou, pura e simplesmente, de não o explicitar.

39 Fundado já em 1926 foi o primeiro jornal publicado em português (cf. Lopes 2004: 165).

5. Análise do corpus

Como já foi mencionado no capítulo anterior, o que representa o foco da nossa pesquisa é a presença linguística do sexo feminino nos textos. Interessa-nos, em particular, se há ou não há algum esforço de explicitar linguisticamente o sexo feminino em contextos relevantes e, havendo, quais os processos usados para visibilizá-lo e qual a frequência das suas ocorrências.

Ao percorrer os textos, deparamos com várias maneiras de como o género feminino e a sua (não) explicitação podiam ser tratados. Os resultados que obtivemos podem ser classificados em 4 categorias principais, dependendo das atitudes apresentadas perante esta (não) explicitação. Na primeira incluímos as tentativas da marcação explícita dos dois géneros, na segunda a tendência para evitar a explicitação do género, na terceira o uso do masculino genérico no singular para abranger os dois géneros e na quarta o uso do género masculino no plural.

Passamos agora a comentar cada uma destas variantes e as peculiaridades que apareceram relacionadas com elas.

5.1 Explicitação da marcação do género masculino e feminino

Na primeira categoria incluímos os casos em que se notou a tendência para mostrar explicitamente os dois géneros, ou seja, para se referir diretamente tanto ao sexo masculino como ao feminino. Esta tendência foi captada tipicamente nos substantivos flexionados no singular, onde a categoria do género se exprime através da desinência do género (como «amigo-amiga») ou através do sufixo próprio do género feminino (como «ator-atriz»). Nestes casos, o substantivo usado na forma masculina foi complementado também pela desinência feminina, indicada ou atrás duma barra invertida ou entre parênteses. Assim, deparamos com variantes como «Procuramos um consultor/a» ou «o candidato(a)».

A explicitação dos dois géneros vê-se também nos substantivos em que o género feminino se exprime lexicalmente, ou seja, através de unidades lexicais de outra raiz. E deparamos, então, apesar de ser raro, com exemplos como «mulheres, homens» (notemos a ordem interessante de substantivos: neste aviso o Conselho Municipal dirige-se aos cidadãos na forma «Caros munícipes, crianças, jovens, mulheres, homens...», quando o masculino é precedido não só pelo feminino, mas também por «crianças e jovens», fenómeno muito raro no nosso *corpus*).

Ainda mais raramente descobrimos exemplos da referência aos dois sexos nos substantivos comuns-de-dois ou nos substantivos usados no plural. No caso dos comuns-de-dois deparamos com a variante «recrutamos responsável de desenvolvimento de negócio (m/f)», na qual podemos ver que não se recorreu a artigos, que no caso destes nomes uniformes tipicamente servem para marcar o género, mas sim a iniciais correspondentes a cada sexo.

Quanto aos substantivos no plural, só duas vezes apareceram variantes como «os candidatos(as)» ou «trabalhadore(a)s», acrescentando-se então ou toda a desinência do feminino no plural ou apenas a desinência do género feminino como tal. A pouca frequência desta variante aponta logo para o facto de no plural ser muito mais típico usar o género masculino como genérico, tal como vamos ver no capítulo 5.4. É curioso notar que no caso de «trabalhadore(a)s» a referência é a «trabalhadore(a)s do sexo», o que dá para deduzir que a explicitação do género

feminino aparece só porque se trata duma profissão antes tida como só feminina. Este exemplo mostra, pois, que a explicitação dos dois géneros no plural não tem muito a ver com a tendência de feminizar a língua e que a sua ocorrência é, no fundo, limitada pela profissão a que se refere.

Como já se nota nos exemplos acima mencionados, muito frequentemente podemos ver que a explicitação do género não é sempre consistente. Muito pelo contrário, uma vez que o substantivo foi acompanhado por algum determinante ou adjetivo, podemos dizer que quase nunca deparamos com a explicitação dos dois géneros em todos os componentes de um dado sintagma. Só uma vez encontramos a variante «o(a) candidato(a)», isto é, uma variante com o género marcado tanto no substantivo como no determinante. De resto, apareceram variantes como «Engenheiro(a) agrónomo», «procuramos moçambicano(a)... que deve ser assíduo, dedicado...», «um(a) técnico de estomatologia», ou «um consultor dinâmico(a), proactivo(a)». Podemos então ver que o que predomina são variantes em que o género é marcado só uma vez e pode aparecer em qualquer dos componentes do sintagma – por outras palavras, pode ser indicado no próprio substantivo (tal como nos primeiros dois exemplos), como também no adjetivo ou artigo que dependem dele (o que podemos ver em exemplos como «um(a) técnico»). É de supor que esta inconsistência se deva provavelmente à tendência da economia de língua em textos como avisos ou anúncios e que essa economia prevaleça sobre a necessidade de respeitar a regra de concordância dentro do sintagma nominal.

A inconsistência na explicitação do género foi em alguns casos, porém, até mais profunda, misturando a tendência para explicitar os dois géneros com a de escondê-los ou exprimir só o masculino ou só o feminino separadamente. Num mesmo anúncio podiam então aparecer exemplos de todas as quatro categorias em que classificámos os possíveis tratamentos do género. Deparamos com casos em que alguns dos substantivos ou os seus modificadores apareceram só no género masculino ou só no género feminino ou foram usados no masculino plural, enquanto noutros substantivos, no mesmo anúncio, foram explicitamente marcados os dois géneros. Assim podemos ler, por exemplo, «abrimos vaga para licenciado em...Procuramos técnicos de..., enfermeiras de Saúde Materno-Infantil, enfermeiros gerais, agente de serviço. não ter sido expulso(a)» e vemos assim uma larga gama de formas de expressão da categoria do género. O substantivo «licenciado» fica só no género masculino, apesar de se referir, no dado anúncio, aos dois sexos, o que significa que o masculino é usado como genérico. O substantivo «enfermeiras de Saúde Materno-Infantil» surge só no feminino plural, referindo-se apenas ao sexo feminino, enquanto os substantivos «técnicos» e «enfermeiros gerais» aparecem no masculino plural, podendo referir-se aos dois sexos, servindo então o masculino outra vez como genérico. «Agente» representa um exemplo de substantivo comum-de-dois que, usado sem artigo, pode referir-se aos dois sexos, representando assim um exemplo da falta da explicitação do sexo, e finalmente chegamos a «expulso(a)», um exemplo da explicitação dos dois géneros. Resumindo, por um lado, parece que não há qualquer sistema no uso do género; por outro lado, podemos notar que a (não) explicitação do género está relacionada com o tipo de profissão. Quando se trata duma profissão destinada aos dois sexos, prefere-se o masculino no sentido genérico; quando se trata duma profissão tipicamente feminina, usa-se apenas o feminino; e quando se refere aos candidatos para todas as profissões mencionadas no anúncio, explicitam-se os dois géneros e, como tal, também os dois sexos. É de lembrar que esta influência do tipo de profissão sobre a (não) explicitação do género já foi notada no anúncio destinado a «trabalhadore(a)s do sexo», o qual, tal como o anúncio agora

comentado, também mistura várias maneiras de como tratar o género, aparecendo nele não só a variante «trabalhadore(a)s do sexo», mas também «trabalhadoras do sexo» e «trabalhadores de sexo». Serve então como mais uma prova duma certa aleatoriedade no uso do género.

5.2 Tendência para evitar marcação explícita da categoria do género

Por tendência para evitar a explicitação do género entendemos a estratégia de omitir no texto quaisquer marcadores do género, o que possibilita entender implicitamente os substantivos como aplicáveis tanto para o sexo masculino como para o feminino. Esta estratégia poderia ser designada também como a «degenerização» ou «dessexualização» do texto e representa um dos processos da fase tardia da feminização linguística, em que prevalece a tendência para apagar quaisquer marcas de género e/ou sexo para tornar o texto o mais neutro possível.

Esta falta da manifestação do género pode realizar-se de várias maneiras, desde a inexistência da expressão do género na própria flexão nominal até à omissão de determinantes ou outros modificadores flexionados. Em princípio, classificaríamos as maneiras de como atingir a neutralidade dos textos em 5 grupos:

Primeiro, opta-se pelo uso de substantivos epicenos e sobrecomuns, ou seja, substantivos que dispõem do género gramatical, artificialmente atribuído sem qualquer relação ao sexo dos animais ou seres humanos a que se referem. Assim, em vez de se usarem palavras com género explicitamente relacionado com o sexo das pessoas, como «o candidato – a candidata», preferem-se nos textos termos como «a personalidade», «a pessoa», «o ente» ou «o indivíduo», que existem numa só forma (seja masculina, seja feminina), mas que, apesar disso, podem ser aplicados tanto aos homens como às mulheres.

Em segundo lugar, a presença do género explícito evita-se através do uso de substantivos coletivos ou abstratos. Estes substantivos, tal como no caso anterior, têm género gramatical arbitrariamente atribuído e, embora tenham só a forma singular, podem referir-se a grupos de seres vivos sem indicar abertamente o seu sexo. Para exemplificar: em vez de «o administrador – a administradora» pode aparecer «a administração», em vez de «o empregado – a empregada» deparamos com «o pessoal», a par de «o diretor – a diretora» ocorreu também «a direção» e a par do uso frequente de «o nacional moçambicano» encontrámos, de vez em quando, a variante «de nacionalidade moçambicana».

O terceiro recurso usado bastante frequentemente foi a omissão do artigo perante os substantivos comuns-de-dois ou a sua substituição por determinantes neutros do ponto de vista do género, como, por exemplo, «cada». Os comuns-de-dois são sempre uniformes e não têm nenhuma designação própria para um só género, terminando tipicamente nas designações –E (como no caso de «o estudante – a estudante») ou –A (como «o economista – a economista»), pelo que a omissão de determinantes os torna perfeitamente neutros e aplicáveis aos dois sexos indiferentemente. Encontramos então variantes como «procuramos docentes», «vaga para especialista/contabilista/oficial» ou «concorrente deve dirigir-se a...», que se dirigem tanto a homens como a mulheres sem indicá-lo abertamente. Aliás, quanto à presença ou ausência de artigos, é preciso levar em consideração que ocasionalmente o seu uso ou omissão podem ser influenciados por fatores de carácter gramatical (visto que existem regras que restringem o seu uso em certas posições sintáticas,

como, por exemplo, nas locuções «de + substantivo») ou estilístico, refletindo assim as atitudes linguísticas subjetivas dos autores individuais. Consequentemente, podemos descobrir textos em que o uso de artigos nem sempre é sistemático, neles se notando uma certa aleatoriedade, quando num anúncio, no mesmo contexto, um substantivo aparece quer na forma (por exemplo) «especialista», quer nas formas «um especialista» e «o especialista», tendo tanto a presença dos artigos como a sua ausência o mesmo valor, o valor indefinido. Estes casos são, no entanto, relativamente raros e não interferem muito na estatística final das ocorrências de todas as categorias da expressão do género.

A quarta possibilidade de como não manifestar o género dos substantivos representa o uso de palavras abreviadas por apócope de sílabas finais. Por outras palavras: os substantivos e os seus eventuais atributos capazes de exprimir género pela sua desinência são abreviados de tal maneira que desaparece a sua desinência, desaparecendo também, devido a isso, a explicitação do género. Surgem assim variantes como «téc. superior» (=«técnico/a superior»), quando se abrevia o substantivo flexionado e se mantém o adjetivo uniforme na forma plena, ou «Instr. Téc. Pedag.» (=«instrutor/a técnico/a pedagógico/a), quando todas as palavras são suscetíveis de explicitar a categoria do género, o que leva a que sejam todas abreviadas. Nestes casos já podemos detetar uma eliminação da categoria do género intencional – e não apenas uma manifestação da economia da língua jornalística –, tal como pudemos ver nos casos de falta de concordância nas palavras flexionadas dentro de sintagmas nominais.

E, por fim, a quinta (e, juntamente com a quarta alternativa, a menos frequente) variante consiste na substituição de palavras flexionadas por recursos gráficos, tais como, por exemplo, algarismos. Esta estratégia é tipicamente usada com substantivos uniformes, assemelhando-se assim à estratégia da omissão do artigo. Deparamos deste modo com variantes como «Procuramos 1 especialista», em que o uso do algarismo 1 possibilita evitar o uso da palavra «um/uma», não explicitando, por conseguinte, qual o género. Todavia, é de sublinhar que nem todos os usos de sinais numéricos significam necessariamente a tentativa de eliminar a presença do género. Pontualmente deparamo-nos também com variantes como «um (1) especialista sediado em escritórios de Tete, outro (1) sediado nos escritórios de Nacala», «um (1) técnico de informática», o que, a nosso ver, representa muito mais a tentativa de esclarecer que a palavra «um» não é usada no sentido do artigo indefinido, mas outrossim no sentido de numeral, não havendo na verdade qualquer motivação relacionada com a categoria do género.

Uma vez que falamos do uso de recursos gráficos, achamos interessante mencionar que nem uma única vez deparamos com um recurso que se torna cada vez mais popular no estilo jornalístico em Portugal e no Brasil: o uso da arroba (@) como signo que serve para uma referência simultânea ao género masculino e feminino.

5.3 Uso do masculino genérico no singular como neutro

O género masculino em português pode ser percebido como genérico, isto é, capaz de abranger tanto as entidades do sexo masculino como do feminino. Como já foi explicado no capítulo 3, este carácter genérico é, até certo ponto, problemático, não só a nível gramatical mas também a nível sociocultural; no entanto, é de pressupor que esta sua capacidade venha a ser

aproveitada especialmente em textos como anúncios, porque representa mais um recurso de economia da língua.

Os resultados da pesquisa no *corpus* justificaram este pressuposto, pois o uso do masculino genérico representa uma das estratégias a que mais se recorre. Usa-se, primeiro que tudo, com palavras flexionadas, tais como, por exemplo, «(o) gestor», «(o) parceiro», «(o) operador» «(o) candidato» ou «(o) consultor» e, sendo empregue genericamente, sempre se refere simultaneamente aos dois sexos. O substantivo pode ou não ser complementado por algum determinante; no caso de palavras flexionadas, a presença ou ausência de determinante é irrelevante para a nossa pesquisa, porque o género do substantivo está refletido na sua própria desinência, o que já torna a presença do artigo dispensável para o marcar.

Porém, esta estratégia é também aproveitada com os substantivos comuns-de-dois, como, por exemplo, «um representante», «um assistente», «o aplicante», «o profissional» ou «o concorrente». Neste caso considerámos apenas variantes acompanhadas de artigo como exemplo do masculino genérico, porque, uma vez que se trata de palavras uniformes, no caso da sua omissão, tornam-se ambíguas e aplicáveis aos dois sexos, representando assim, na verdade, o exemplo duma estratégia de não explicitação intencional do género, abordada no capítulo 5.2⁴⁰.

Com base nos exemplos encontrados, descobrimos que o masculino genérico era especialmente preferido no caso de palavras cuja forma feminina pudesse ser problemática ou semanticamente ambígua. Reparemos em palavras como «o consultor», «o auditor», «o membro» ou «o secretário», que aparecem (típica mas não exclusivamente) na forma do masculino genérico (por exemplo, «categoria de terceiro secretário da carreira diplomática»). Todos estes substantivos possuem a sua forma feminina, ou seja, «a consultora», «a auditora», «a membra» e «a secretária»; no entanto, há razões para a evitar. Além de se referirem a indivíduos do sexo feminino a desempenhar um dado cargo, «a consultora» e «a auditora» podem também referir-se às companhias que se dedicam a esta atividade e daí poder ficar pouco claro se se procura uma só pessoa ou uma companhia. No caso de «a membra», estamos perante uma palavra que, por um lado, existe, mas, por outro, há que convir ser muito pouco frequente e quase nunca usada em língua formal. E, finalmente, quanto ao substantivo «a secretária», deve ressaltar-se que aqui o feminino pode apontar para dois cargos de prestígio diferente (ou seja, uma assistente ou uma funcionária com posto elevado) e assim causar ainda maior confusão: daí optar-se pelo uso do masculino genérico como uma variante mais clara e, no fundo, mais neutra.

Outro contexto em que prevalece o uso do masculino genérico são anúncios que se reportam a posições e cargos tradicionalmente masculinos, como podemos ver nos exemplos «procuramos um mecânico de automóveis», «um oficial de transportes responsável pela gestão da frota de viaturas» ou «um consultor da reconstrução de barragem». Aqui facilmente se deduz que o masculino usado não é realmente genérico, implicando antes a preferência por candidatos masculinos para o desempenho destes postos. E é curioso notar que este tipo de sexismo subliminar aparece

40 Uma vez que comentamos o uso do género no sentido genérico, devemos lembrar que existe a possibilidade de também usar o feminino no sentido genérico. No entanto, não deparámos nem com um único caso deste uso, a não ser o exemplo específico dum dos avisos, assinado por «a juiz», complementado do nome masculino Bernardo Rafael Matusse. Como todos os outros avisos deste tipo recorrem às formas «o juiz – a juíza», considerámos este caso ou uma gralha ou uma exceção à regra, provavelmente motivada pela confusão que existe entre as formas do feminino «a juiz – a juíza», o que podia ter criado a impressão de que a primeira delas serviria para designar seres masculinos.



tipicamente em anúncios e avisos governamentais, refletindo assim o baixo grau de importância que a elite política dá a tentativas de feminização da linguagem.

Além disso, deparámos com mais um fenómeno revelador das atitudes governamentais. Entre os anúncios publicados pelo governo ou instituições geridas pelo estado aparecem alguns que estão integralmente escritos no masculino genérico, mas em cujo texto se explicita, ao mesmo tempo, que o cargo é destinado, de preferência, a mulheres. Vemos então variantes como «Procura-se Diretor...encoraja-se candidatura de mulheres... o aplicante deve...» ou «Procura-se um gestor... encorajam-se mulheres», etc. De todos estes anúncios, apenas num deles se usa a explicitação do género, mesmo que de forma inconsistente: «o(a) candidato(a) ...Engenheiro(a) Agrónomo». Comprova-se assim, a nosso ver, um contraste bastante notório entre a realidade social, que favorece a maior inclusão das mulheres nos cargos de prestígio social, e a linguística que, para já, não considera a maior visibilidade de mulheres como um assunto de interesse.

5.4 Uso do masculino genérico no plural como neutro

Finalmente, a última estratégia assenta no mesmo princípio que a anterior, ou seja, na neutralidade do género masculino, que possibilita a sua referência aos dois sexos através da mesma forma do substantivo. No entanto, enquanto o masculino singular sempre suscita polémicas acerca da sua neutralidade⁴¹, o masculino plural é, pelo contrário, universalmente aceite como abrangente para os dois sexos⁴².

É exatamente isso que o faz surgir no nosso *corpus* como a maneira mais frequente de tratar a categoria do género dos substantivos: adequa-se especialmente aos substantivos flexionados e aos comuns-de-dois. Enquanto no caso dos flexionados levámos em consideração tanto as formas acompanhadas de artigo como as que o dispensam (porque, como no caso do masculino genérico no singular, a própria forma do substantivo revela já em si o género), no caso dos comuns-de-dois considerámos apenas as que contêm determinante explícito, sendo as que o dispensam atribuídas à categoria de não explicitação do género (ver capítulo 5.2). Notámos assim formas como «(os) funcionários», «(os) candidatos», «(os) colaboradores», «(os) interessados», «(os) titulares» ou «os representantes».

Se o carácter genérico do masculino no singular é bastante assinalável, o caso do masculino no plural é-o até mais. Ao contrário do masculino genérico no singular, que, de vez em quando, cede à tendência da explicitação do género feminino (variantes como «o/a colaborador/a»), no caso dos substantivos no plural nunca deparámos com nenhuma explicitação do género feminino, nem na forma do próprio substantivo, nem nos seus determinantes ou atributos. Dito de outra maneira: nunca apareceram variantes como «os candidatos e as candidatas», «os/as candidatos/as» ou «Caros/as clientes». O feminino no plural não foi detetado nem nas situações em que, depois dum substantivo de carácter geral, se segue uma enumeração de nomes de pessoas, tanto homens como mulheres; mesmo quando o primeiro nome pertence a uma mulher,

41 Ver, por exemplo, Gouveia (1999: 23).

42 Esta maior neutralidade do masculino plural tem raízes históricas e provém provavelmente já do latim, em que se usavam substantivos como «patres», para designar mãe e pai, ou «filios», para designar filho e filha (cf. Gouveia 1999: 23).

o substantivo que introduz toda a sequência surge sempre no masculino, como, por exemplo, «os senhores Elizabete F. da Costa e Alberto Chale Alfandega» ou «os credores Ângelo, Halina, ...». Ainda por cima, até nos avisos e relatórios em que os autores se dirigem diretamente aos cidadãos, clientes ou acionistas da sua companhia nunca encontramos a explicitação do género feminino. Assim, vemos apenas variantes como «Exmos. Senhores Acionistas», «aos Exmos. Acionistas» ou «Caros Municípes», o que comprova ainda mais que o carácter genérico do masculino no plural é indubitável.

6. Resumo estatístico

Observemos agora a frequência com que cada uma destas variantes ocorreu nos textos. De aproximadamente 600 textos que constituem a base do nosso *corpus* extraímos um total de 318 exemplos de expressão da categoria do género que corresponderam aos critérios escolhidos e acima comentados. A estatística final está resumida neste quadro:

Categoria principal	Subcategoria		Número de ocorrências particulares	Número total de ocorrências de cada categoria principal
A) Marcação explícita dos dois géneros	Substantivos comuns-de-dois		1	12
	Substantivos no plural		2	
	Substantivos flexionados ou com género lexical		9	
B) Falta da explicitação do género	Substantivos epicenos e sobrecomuns		6	86
	Substantivos coletivos ou abstratos		60	
	Omissão do artigo		14	
	Palavras abreviadas		2	
	Uso de recursos gráficos		4	
C) Masculino genérico no singular	Omissão do artigo		6	84
	Artigo explícito	Substantivos comuns-de-dois	37	
		Substantivos flexionados	41	
D) Género masculino no plural	Omissão do artigo		17	136
	Artigo explícito		119	

Do quadro ressalta que o número de ocorrências difere muito. Dos 318 exemplos, a realização A apareceu apenas 12 vezes, o que corresponde a 4 % de todas as ocorrências; a realização B apareceu 86 vezes, correspondendo a 27 %; a variante C ocorreu 84 vezes, representando assim 26 % do número total; e a variante D é a mais frequente, com as suas 136 ocorrências representando 43 % do número total.

Embora os dados estatísticos de frequência de todas as variantes de como o género é tratado sejam apenas ilustrativos, mostram de maneira bastante clara que a solução prevalecente é o uso do masculino no plural, seguido do uso do masculino genérico no singular e da não explicitação intencional do género, cuja frequência é mais ou menos igual. A solução pela qual se opta menos é, sem qualquer dúvida, a explicitação do género.

7. Observações finais e conclusão

Baseando-nos na estatística de frequência de ocorrências de cada estratégia e em todos os comentários anteriores, podemos chegar às seguintes observações e conclusões:

A proporção dos dados estatísticos possibilita obter conclusões bastante claras. Ainda que, pontualmente, num mesmo texto apareçam todas as estratégias ao mesmo tempo, o que pode criar a impressão de que o uso da forma de substantivos acaba por ser aleatório e pouco consistente, consideramos o número total de exemplos recolhidos e a sua frequência suficientes para mostrar, apesar das discrepâncias, quais são as tendências gerais quanto à (não) explicitação do género feminino.

Ao contrário das tendências conducentes a uma maior visibilidade das mulheres no idioma atingida através da explicitação do género feminino, tão típicas em línguas como o francês⁴³, o que domina neste tipo de textos no português moçambicano é antes a estratégia conservadora do uso do masculino, seja no singular, seja no plural, como genérico, seguido depois pela tentativa de eliminação de quaisquer marcas de género.

Comparando com as percentagens destas três estratégias, o aparecimento da estratégia da explicitação do género parece quase negligenciável. É óbvio que, quando se refere a indivíduos concretos (por exemplo em relatórios ou avisos com autores ou destinatários individuais como juizes, diretores etc.), o substantivo usado para designá-los sempre reflete o sexo da pessoa a que se refere. Porém, quando se afigura necessário abranger os dois sexos ao mesmo tempo, passa-se de imediato ao masculino genérico.

A falta de empenho em introduzir estratégias e variantes inovadoras em relação ao género nota-se também no facto de não aparecerem nos textos quaisquer neologismos controversos, como «a presidenta» ou «a chefe»⁴⁴, nem o recurso, cada vez mais popular, ao uso da arroba para substituir tanto o artigo masculino como o feminino. Pelo contrário, aparecem, mesmo que raramente, variantes um pouco antiquadas como «a juiz», o que remete de novo para o carácter conservador do português moçambicano.

A predominância do género masculino no sentido genérico pode comprovar-se também pelo facto de os textos não conterem, nem por uma vez, o substantivo feminino no plural e de, mesmo quando um dado posto é destinado, de preferência ou exclusivamente, a mulheres, as potenciais candidatas serem tratadas no masculino singular, ou, nas variantes genericamente mais equilibradas, no masculino plural.

43 Ver por exemplo Pleško (2015: 183).

44 O que, por outro lado, não é muito surpreendente, porque são formas que suscitam muita controvérsia até em português europeu, aparecendo sobretudo na linguagem popular e sendo mais frequentemente usadas apenas no português brasileiro (cf. Gouveia 2007: 271)

O maior prestígio deste é depois provado pela sua preferência nos anúncios que oferecem postos de relevo, como tal socialmente mais prestigiantes. Sempre que se abrem vagas para diretores ou chefes, há a certeza quase absoluta de as convocações serem apresentadas no masculino genérico.

Outro fator que contribui para a popularidade e prevalência do masculino genérico é o papel dos anunciadores dos textos. Enquanto as empresas privadas ou internacionais optam, regra geral, pela explicitação dos dois géneros, construindo textos inequivocamente mais equilibrados quanto à visibilidade discursiva das mulheres, as instituições públicas e governamentais, cujos anúncios e avisos constituem maioritariamente o nosso *corpus*, aderem ao uso do masculino genérico. Por um lado, este inegável conservadorismo pode refletir apenas a preferência por formas tradicionais e quase petrificadas dos textos e a inclinação para estruturas pré-fabricadas e frases feitas (tais como, por exemplo, «a autoridade competente» ou «todos os interessados devem dirigir-se a ...»), consagradas pelo uso e capazes assim de facilitar a comunicação; por outro lado, espelham também aquilo que, no português moçambicano, é considerado normativo pela elite e que vai ser considerado normativo pela população precisamente por surgir nos textos criados por esta elite.

Voltando à questão formulada no início, ou seja, se há ou não há alguma tendência para a feminização da língua portuguesa em Moçambique, podemos ver que a atitude apresentada pela elite é de veras conservadora, parecendo que a explicitação do género feminino – e assim a maior visibilidade das mulheres no discurso – não é mais do que um assunto marginal. A feminização linguística acaba, portanto, por penetrar no português moçambicano usado nos textos jornalísticos devido, primordialmente, à presença dos anúncios de empresas internacionais, para as quais o uso da linguagem genericamente equilibrada (ou seja, com géneros masculino e feminino explicitados) já se tornou normativa. Podemos deste modo concluir que o processo de maior visibilidade da mulher que está a decorrer a nível social ainda não encontrou a sua expressão na fala, sendo, por ora, os fatores socioculturais vencidos pela tradição linguística.

Referências bibliográficas

- Andrade, X.; Osório, C.; & Trindade, J. C. (2001). *Four issues: Women Human Rights*. Maputo: WLSMOÇ.
- Bueno, A. L. D. A produção do sexismo na linguagem: género e poder em dicionários da língua portuguesa. Disponível em <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/674.pdf> (acessado em 15 de fevereiro 2020).
- Cunha, C.; & Cintra, L. F. L. (1999). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Firmino, G. (2005). *A «Questão Linguística» na África pós-colonial. O caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique*. Maputo: Textos Editores.
- Garcia, D. A. (2018). Sexismo linguístico e o processo de manualização: A presença do feminino e da mulher na língua. *Fragmentum*, n. Especial Jul/Dez., 141–159.
- Gonçalves, P. (1998). *Mudanças em Português em Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária.
- Gouveia, M. C. F. (2007). Ainda o género gramatical dos substantivos e adjetivos em Portugal e no Brasil. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*, V (2. série), 263–276.
- . (1999). A propósito do masculino genérico em português. *Actas do XIV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, II, 21–28.

- . (2005). Para uma descrição do género em português. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*, III (2. série), 201–246.
- Karberg, S. (2015). *Participação Política das Mulheres e a sua influência para uma maior capacitação da Mulher em Moçambique*. Maputo: Ciedima.
- Klíma, J. (2007). *Mosambik*. Praha: Libri.
- Larivière, L.-L. (2000). *Comment en finir avec la féminisation linguistique ou le mots pour LA dire*. Paris: Éditions 00h00.
- Lledó i Cunill, E. (2013). *Cambio lingüístico y prensa: problemas, recursos y perspectivas*. Barcelona: Laertes.
- Lopes, A. J. (1997). *Política Linguística: princípios e problemas*. Maputo: Livraria Universitária.
- . (2004). The Language Situation in Mozambique. In R. Baldauf (ed.), *Language Planning and Policy in Africa – Botswana, Malawi, Mozambik and South Africa* (Vol. 1) (pp. 150–196). Clevedon: Multilingual Matters.
- Marcato, G.; & Thüne, E.-M. (2002). Gender and Female Visibility in Italian. In M. Hellinger, & H. Busmann (Eds.), *Gender Across Languages* (vol. 2) (pp. 188 - 217). Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- Pleško, M. (2015). *Les femmes, le français et la francophonie*. Olomouc: Universita Palackého.
- Santos, N. R. (2017). *A situação do português e o ensino de línguas em Moçambique*. Alcance Editores: Maputo.

Webgrafia

- Almeida, E.; & Fernandes G. Paradoxo da mulher em Moçambique. <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/5663/politica-x-sociedade-o-paradoxo-da-mulher-em-mocambique>> (acessado em 15 de agosto 2019).
- Constituição da República Moçambicana. <<https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF>> (acessado em 6 de fevereiro 2020).
- Gonçalves, D. S. Por uma língua feminista: uma breve reflexão sobre o sexismo linguístico. <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/9317>> (acessado em 15 de fevereiro 2020).
- Guerra, L. H. B. Políticas e programas para igualdade de género em Moçambique. <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386686572_ARQUIVO_LuciaHelenaGuerra.pdf> (acessado em 15 de fevereiro 2020).
- Mader, G. R. C.; & Severo, C. G. Sexismo e políticas linguísticas de género. <https://www.researchgate.net/publication/305811674_Sexismo_e_politicas_linguisticas_de_genero> (acessado em 15 de fevereiro 2020).
- Mapote, W. Estudo revela que decresceu a participação política da mulher em Moçambique. <<https://www.voportugues.com/a/estudo-revela-que-decresceu-a-participa%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-da-mulher-em-mo%C3%A7ambique/4965778.html>> (acessado em 19 de junho 2019).
- Mazoio, L. A Frelimo lidera participação política da mulher no país. <<http://opais.sapo.mz/frelimo-lidera-participacao-politica-da-mulher-no-pais>> (acessado em 26 de maio 2019).
- Moçambique já tem Academia Política da Mulher. <<http://www.imd.org.mz/index.php/imprensa/noticias/85-mocambique-ja-tem-academia-politica-da-mulher>> (acessado em 6 de fevereiro 2020).



This work can be used in accordance with the Creative Commons BY-SA 4.0 International license terms and conditions (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/legalcode>). This does not apply to works or elements (such as images or photographs) that are used in the work under a contractual license or exception or limitation to relevant rights.